

A fundamentação da ciência política: Questões históricas sobre o seu surgimento e consolidação

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.026-007>

Gabriel Augusto Miranda Setti

Prof. Dr., Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas

Líder do Grupo de Pesquisa Cidadania e Políticas Públicas

RESUMO

O que se tentará explicar nesse artigo é o caminho percorrido pela ciência política, desde seu surgimento até a contemporaneidade. O que se busca apreender é então o percurso de formação de uma Disciplina, ou de um ramo de estudo que se pratica em todo mundo. Não se pode deixar de lado as suas origens, que são provenientes da filosofia, passando pela sociologia, mais especificamente a sociologia política, até chegarmos no mundo contemporâneo e na consolidação desta área de estudo como uma Disciplina lecionada nas mais diversas universidades em todo o globo.

Palavras-chave: Política, Pensamento Político, História, Teoria Política.

1 INTRODUÇÃO

O que se tentará explicar nesse artigo é o caminho percorrido pela ciência política, desde seu surgimento até a contemporaneidade. O que se busca apreender é então o percurso de formação de uma Disciplina, ou de um ramo de estudo que se pratica em todo mundo. Não se pode deixar de lado as suas origens, que são provenientes da filosofia, passando pela sociologia, mais especificamente a sociologia política, até chegarmos no mundo contemporâneo e na consolidação desta área de estudo como uma Disciplina lecionada nas mais diversas universidades em todo o globo.

Há de se entender então qual o estatuto que determina hoje o que chamamos de “ciência política”, poderíamos perguntar qual seria seu conteúdo e seu método, se estamos falando em “ciência” nos cânones da ciência moderna. Até que ponto os preceitos filosóficos ainda estão presentes na ciência política, e até que ponto são algo negativo ou positivo em sua influência?

Ao longo deste ensaio se tentará resolver algumas dessas questões, mesmo que nem sempre de maneira exaustiva, e explicitar os principais caminhos percorridos por essa ciência até que fosse constituída como tal. Buscar-se-á também delinear, sempre que possível, a sua metodologia e o seu objeto de estudo, para que se clarifiquem quais são as principais características dessa “ciência” que aparentemente tanto demorou para ganhar independência junto às outras.

Segundo o texto de Schwartzberg (Schwartzberg, 1979, 61-66), a chamada “sociologia política” já existia há muito tempo, bem antes do surgimento da sociologia entendida como ciência propriamente dita, tal como foi inaugurada por Auguste Comte. A sociologia, em seu surgimento adquirira um status de ciência que se propunha a entender a sociedade, ou seja, ela tinha como objetivo procurar entender os fenômenos sociais.

Mas como o próprio Schwartzberg ressalta, já se pode falar em uma “sociologia política” bem antes de Comte. É claro que não existia propriamente com esse nome, mas já se fundamentava no pensamento de vários autores. Muitos vão concordar que foram dois os principais precursores do que se pode chamar hoje de ciência política, são eles: Aristóteles e Maquiavel.

Sobre a contribuição de Aristóteles cito Schwartzberg:

“A sua reflexão filosófica, com efeito, se funda sobre o exame dos comportamentos efetivos e da realidade social, apoiando-se sobre pesquisas concretas, muito variadas e muito extensas, conduzidas com espírito de observação científica”.(Schwartzberg, 1979, p. 12).

Observemos que antes de Aristóteles existiram outros pensadores da política, entre os quais destaca-se Platão, mas nenhum deles conseguiu uma abordagem tão sistematizada como a aristotélica, visto que ele empregou um método comparativo e indutivo, o que poderíamos considerar já como uma gênese do método da ciência política. Aristóteles não está fazendo propriamente filosofia política ao se utilizar de um método comparativo, por exemplo quando ele estuda as diversas constituições gregas e estrangeiras de seu tempo, mas sim uma espécie de ciência política.

Visto que estamos falando de ciência política e de filosofia política, faz-se necessário um pequeno comentário sobre esses dois termos. A grande questão é: em que se diferencia a filosofia política da ciência política? A primeira vista nos parece que a primeira está muito mais localizada no campo das idéias, ou seja, a filosofia política ou filosofia da política trabalha com um “dever ser” dos fenômenos. Já o que se pode considerar como ciência política está mais relacionado com a realidade política como ela é, como ela se apresenta empiricamente para o cientista.

A política, para atingir um caráter científico, tenta ganhar objetividade ao criar uma linguagem apropriada aos fenômenos que examina, seria uma linguagem livre de valores, “esterelizada”, factual. Mas isso seria possível? A possibilidade de se abster de seus valores pessoais (tal como queria Durkheim) é algo muito complexo. Disso não resulta que não se possa falar em uma ciência política, nem que não há possibilidade de um conhecimento racional em tal área, e que a filosofia política é algo inseparável da ciência política.

Pelo contrário, há sim um enorme campo a ser explorado pela ciência política, cuja definição mais genérica é encontrada no Dicionário de Política de Bobbio:

“A expressão Ciência política pode ser usada em sentido amplo e não técnico para indicar qualquer estudo dos fenômenos e das estruturas políticas, conduzido sistematicamente e com rigor, apoiado num amplo e cuidadoso exame dos fatos expostos com argumentos racionais.”(Bobbio, 2000).

Pode se dizer que há uma independência dessa ciência para com a filosofia, mesmo não podendo ignorar as suas raízes. A partir disso, e já fechando o raciocínio acerca da diferença entre os termos filosofia política e ciência política, voltemos à sua origem histórica.

Após Aristóteles também existiram aqueles que deram sua contribuição para o pensamento político, mas só depois de muito tempo, já na Modernidade é que se localiza o verdadeiro criador da ciência política.

Foi Maquiavel que inaugurou o pensamento que podemos considerar como o precursor da ciência política. Ele fez isso porque foi o primeiro pensador que trouxe a política “do céu pra terra”, ou seja, Maquiavel buscou em seus escritos, notadamente no *Príncipe* mostrar a política como ela é, desprendê-la de valores metafísicos e baseados na ética cristã. Ele promoveu a separação entre política e ética.

Maquiavel buscou em seu pensamento romper com o pensamento político tradicional, que perdurava desde Aristóteles. Ele procurou estabelecer que o mundo da política pertencia a uma realidade empírica cruel, ardilosa, contraditória, caótica, bem diferente do que se pregava anteriormente. Ele separa então dois mundos (não se entenda dois mundos metafísicos!), o mundo da vida cotidiana que é regido pelos valores e costumes cristãos, baseado na ética e nas regras de ouro, e outro, o da política, regido por um arcabouço de valores completamente diferente do primeiro.

No mundo da política o Príncipe deve-se valer da astúcia, da dissimulação, utilizar o imaginário do povo, para se beneficiar. Maquiavel tenta mostrar a verdade efetiva das coisas, o que elas são realmente, e não o que elas deveriam ser. E o mundo real da política é esse, praticamente destituído de valores morais. Sendo assim, ele inaugura um pensamento que se pode considerar “científico” da política, ao examinar a sua realidade empírica, factual, deixando de lado uma interpretação filosófica do “dever ser”.

Outros pensadores são também de suma importância na construção e consolidação da política como ciência, principalmente Montesquieu e Tocqueville. Ambos autores de obras importantíssimas, e que se baseavam em enormes estudos empíricos, mas que mesmo assim ainda estavam mais para o plano da filosofia política do que para a ciência política.

Com o passar dos anos, e já dando um salto para o mundo contemporâneo temos a enorme contribuição de Marx, que estava mais preocupada em entender o mundo capitalista em que se vivia, fornecendo assim importantes categorias de análise da realidade social para uma grande parte dos cientistas sociais.

O método marxista, denominado “Materialismo Histórico Dialético” busca estudar a realidade social a partir do desenvolvimento histórico das forças produtivas, ou seja, para se entender tal sociedade faz-se necessário estudar como ela produziu e produz sua vida material. Sendo assim, sobre uma infra-estrutura material, para Marx, se eleva uma superestrutura ideológica, sendo esta dependente daquela.

Mesmo o pensamento marxista ainda se encontra de certa forma com um pé na filosofia, ou talvez os dois pés. Mas, então, poderia se perguntar, afinal quando surgiu a ciência política? A resposta é que esse surgimento foi gradual, histórico e que se deu conjuntamente com o surgimento das ciências sociais, com a chamada sociologia política.

Mas se pode fazer um corte, e assim determinar uma ruptura da ciência política com as demais ciências humanas, na medida em que ela possui um método determinado e um objeto de estudo. Quanto a isso, remetemos mais uma vez ao texto de Schwartzberg, em que ele aponta a ciência política propriamente dita como algo do século XX, quando essa goza então de certa autonomia em relação à sociologia geral.

Esse ramo de estudo se consolida principalmente entre os anos de 1890 e 1914 quando numerosas universidades americanas criam departamentos de ciência política, e se solidifica ainda mais em 1903 com a fundação da APSA (American Political Science Association). Segundo Schwartzberg, os primeiros cientistas políticos estavam preocupados em melhorar as instituições existentes, direcionando os estudos políticos para a ação política prática. Era necessário primeiro observar e conhecer os fatos, rompendo com a tendência antecedente da filosofia e das teorias que pregavam o que devia ser em vez de descrever o que é.

Esse primeiro foco de pensamento dos cientistas políticos reflete claramente numa abordagem institucionalista, em que os pesquisadores buscavam entender o povo americano e as suas instituições tais quais são. Após esses primeiros estudos, houve uma ultrapassagem dessa abordagem institucional, surgindo o conceito de “*processus político*” que buscava abarcar a interação das instituições públicas com os grupos sociais.

Esse tipo de abordagem que buscava captar o processo social, abriu espaço para um escola baseada no comportamento político das pessoas, o chamado “behaviorismo”. Schwartzberg considera que “reagindo contra a ciência política convencional, contra a abordagem institucional, trata-se de formular os problemas políticos em termos de comportamento observado e observável”(Schwartzberg, 1979, p.24).

O principal aspecto defendido por essa escola dizia respeito ao método científico. Os inauguradores desse pensamento, principalmente Charles Merriam, diziam que se deve substituir definitivamente o pensamento político, desenvolvendo técnicas científicas. Os behavioristas buscam de toda forma observar sistematicamente o comportamento das pessoas, buscando regularidades e uniformidades que poderiam ser estudadas cientificamente e que pudessem fornecer modelos pra futuras elaborações de teorias.

Apesar dessa quantidade de variantes, mesmo as que sucederam a escola comportamentalista, com suas críticas a esse modelo e novas formas de se encarar o estudo da realidade política, é possível concluir pelo que já foi visto que a ciência política é baseada no estudo do poder. É uma “ciência do poder”, e por possuir tal caráter acaba muitas vezes por distinguir os governantes e governados e entender o fenômeno da autoridade.

Swartzberg argumenta que:

“Em resumo, a sociologia política (entendamos aqui a ciência política) é o ramo das ciências sociais que estuda os fenômenos do poder, entendendo-se que as manifestações mais evidentes do poder se produzem no quadro estatal, mas que manifestações semelhantes também são produzidas em quadros restritos”. (Schwartzberg, 1979, p.53).

Sendo assim, a política tem por seu objeto mais específico as relações de poder, relações essa que se encontram na maioria das vezes institucionalizadas na figura do Estado. Talvez por esse motivo é que há uma interdependência muito grande entre os primeiros estudos da área com a questão estatal e conseqüentemente com a questão das elites.

A teoria das elites é nesse contexto um ramo importante do pensamento da ciência política, por constituir de certa forma a base de tal pensamento e de seu surgimento. No texto de Alan Zuckerman (Zuckerman, 1982), há uma discussão no que concerne a esse respeito, em que o autor examina dois dos maiores expoentes a esse respeito, Mosca e Pareto.

Zuckerman busca uma amostra das várias interpretações acerca do assunto, que já foram sugeridas por outros autores como Lasswell, Wright Mills e Robert Dahl. Mas chega a conclusão de que desenvolverá a questão das elites a partir de um viés que considera “o domínio da elite como sendo a manipulação coletiva das massas por parte de um pequeno grupo de liderança ou de vários desses grupos” (Zuckerman, 1982, p. 8). Ele parte do pressuposto “de que todos os membros que compõem uma elite estão cômnicos dos seus interesses de grupo” e que essa consciência “é propiciada por um senso, implícito ou explícito de solidariedade de classe ou de grupo”, e, que, se manifesta “através de uma vontade comum visando a ação.” (Zuckerman, 1982, p. 8).

Esse autor entende e compartilha do conceito de classe política de Mosca, que se refere a todos grupos que exercem poder ou influência e que estão engajados diretamente na luta política. Dentre essa classe política o autor afunila mais sua conceituação distinguindo um grupo menor, o grupo da elite política, são esses os indivíduos que realmente exercitam o poder político em uma sociedade num determinado espaço de tempo.

Sem prolongar mais nessa questão da abordagem elitista da política, o importante é que ficasse claro o teor desse tipo de abordagem, quase que em sua exclusividade institucional. Essa análise leva em conta estritamente o reduzido número de pessoas que à primeira vista detém o poder de decisões da sociedade. É uma abordagem institucionalista, e que acaba por impregnar e muito a ciência política.

Esse tipo de abordagem que conferia grande importância ao Estado e às suas instituições acabou por fornecer então um objeto para a ciência política. Assim podemos falar na política como ciência, como ciência que investiga principalmente as relações do Estado com a sociedade. Esse sentido se ampliou, e podemos falar hoje numa ciência política que estuda relações e conflitos de poder na sociedade.

No fim do texto de Schwartzberg ele aponta alguns ramos principais da ciência que se consolida no século XX, segundo o autor não deixa de ser uma classificação pragmática, mas atende bem as necessidades da formação do currículo de um cientista político. São quatro áreas mais amplas que se subdividem. A primeira é a da teoria política, dividida em teoria política e história das idéias, a segunda é a das instituições políticas, que se divide em: a constituição, o governo central, os governos regional e local, a administração pública, as funções econômicas e sociais do governo e as instituições políticas comparadas.

A terceira parte é a dos partidos, grupos e opinião pública, que se separam em: os partidos políticos, os grupos e associações, a participação do cidadão no governo e na administração e a opinião pública. E finalmente a quarta parte, das relações internacionais, que contém a política internacional, a política e a organização internacional e o direito internacional. (Schwartzberg, 1979, p.54)

Essa é uma das subdivisões existentes, no entanto podem ser encontradas várias outras. Acredita-se que essa seja uma importante classificação numa explanação resumida dos principais

temas da ciência política. Por fim seria importante destacarmos que a ciência política conseguiu se desenvolver e se afirmar como uma ciência, principalmente no século XX, com uma profunda influência das escolas norte-americanas.

Devido à sua gênese na escola norte-americana a ciência política foi também alvo de muitas críticas e questionamentos. Esses derivaram em grande parte da influência, direta ou indireta, que o governo americano teve no financiamento e no direcionamento das pesquisas realizadas. Pode-se colocar em xeque muitos dos estudos realizados, com respeito ao seu intuito e a possíveis interesses imperialistas, principalmente no que diz respeito às relações internacionais e à reprodução das formas de dominação mundial pelo poderio norte-americano.

Sobre esse assunto se destaca o texto de Chilcote (Chilcote, 1998, cap 2) em que o autor afirma que a ideologia é relevante para a política, e que “os cientistas políticos tendem a ser ideológicos naquilo em que seus valores estão ligados à propriedade, ao dinheiro e a influência – um reflexo do mundo capitalista ao seu redor.” (Chilcote, 1998, p. 70).

Esse mesmo autor atenta para o fato de que a compreensão das ideologias acabou por provocar uma reavaliação da ciência política. Essa reavaliação reside no fato de que se deve questionar a capacidade da ciência política de desafiar a estrutura de poder vigente para promover uma ética na academia e no ensino, que possibilitem uma compreensão radical, e não viciada, da realidade.

Caminhando para o fim desta reflexão vale a pena ser feito um apanhado geral do caminho percorrido até aqui. Primeiramente foram discutidas as gêneses da ciência política, em suas origens filosóficas. Destacam-se os principais autores que trouxeram contribuições para a fundação do que podemos chamar atualmente de ciência política. Dentre eles Aristóteles e Maquiavel são figuras essenciais e primordiais.

Considera-se o pensamento maquiavélico como essencial no rompimento da filosofia política, estabelecendo assim uma importante distinção entre o “dever ser” da política e o que ela é na realidade empírica. Também foram citados outros filósofos políticos que contribuíram para o avanço da política no seu caminho científico, tais como Montesquieu, Tocqueville e Marx, sendo que esse último forneceu importantes categorias de estudo para os cientistas sociais.

Em seguida foi ressaltado que há sim a possibilidade de se falar em uma ciência política, separada da filosofia e da sociologia. Entende-se que o período de nascimento dessa ciência foi longo, mas a sua gênese tal como a compreendemos atualmente se deu principalmente nas universidades norte-americanas, com as primeiras abordagens calcadas no institucionalismo, isto é, numa análise que buscava entender os fenômenos políticos a partir do estudo das instituições do país.

Como uma resposta a esse modelo, surgiram os chamados estudos behavioristas ou comportamentalistas, que buscavam apreender a realidade social a partir dos comportamentos



políticos, tentando dar a eles um status científico, e que se utilizassem de métodos rigorosos de compreensão da realidade empírica.

Por fim examinou-se também a constituição e o foco da ciência política, em sua essência, que recai sobre o estudo das relações de poder das sociedades, particularmente no que diz respeito ao âmbito estatal. E então já no fim do trabalho explanou-se a crítica contida no texto de Chilcote, que levanta a questão da legitimidade do conhecimento produzido pelos cientistas políticos ligados aos interesses imperialistas norte-americanos.

Assim, para finalizar, destaca-se a complexidade do tema, e espera-se que este texto tenha contribuído de alguma forma para um esclarecimento sobre um assunto tão amplo. É fato que a ciência política se constituiu como tal somente no século XX, mas possuía as suas origens já há muito tempo nos chamados filósofos políticos.

É claro que para ganhar o status científico tal como é entendido a partir da modernidade, ela precisou encontrar um método e um conjunto de objetos definidos, e isso se deu paulatinamente. A dita imunidade e imparcialidade científica não vêm ao caso, pois sabe-se que ela tem seu grau de influência, porém, mesmo assim isso, não é motivo para impedir a construção de um saber político objetivo e rigoroso, que possa ser compartilhado pela comunidade científica e servir de alguma forma para a melhoria das sociedades humanas.



REFERÊNCIAS

Schwartzemberg, Roger- Gerard. 1979 Sociologia Política: Elementos de Ciência Política. São Paulo: DIFEL.

Zuckerman, Alan. 1982 “Elite política: Lições de Mosca e Pareto” págs. 71-83 em Anna Oppo, Maurice Duverger, Norberto Bobbio, e T.B. Bottomore, Curso de Introdução à Ciência Política; Unidade V: Partidos Políticos e Elites Políticas, Brasília, DF: Editora Unb. (The Concept ‘Political Elite’: Lessons from Mosca and Pareto,” Journal of Politics 39, May, 324-344)

Chilcote, Ronald H. 1998 Teorias de Política Comparativa: A Busca de um Paradigma Reconsiderado. Petrópolis: Vozes.

Bobbio, N.; Matteucci, N.; Pasquino, G. 2000 Dicionário de política. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luis Guerreiro Pinto Caçais e Renzo Dini. 5ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2 vols.